



PANAMA PAPERS INVESTIGAÇÃO

Offshores Como está a investigação da maior fuga de informação de sempre

ENTÃO E OS PANAMA PAPERS?



PEDRO SANTOS GUERREIRO

Estão aqui: expresso.sapo.pt/panama-papers.

A base de dados dos "Panama Papers" é pública desde 9 de maio, está à disposição de todos os cidadãos do mundo. Simples, não é? Não. Porque a pergunta

de trás do título deste artigo é na verdade outra: o que é feito da lista de pagamentos que o Expresso noticiou? Nenhuma destas perguntas é uma pergunta, é uma acusação. Uma acusação que parte de um boato falso, que leva a este exercício contranatura de o desmentir, replicando perguntas-acusação de quem tem voz mas não tem cara. Este texto nem sequer pretende convencer ninguém, nem vai acabar com o boato, pretende informar quem queira ser informado.

"Então os 'Panama Papers'?" é a expressão nas redes sociais que pretende significar o seguinte: o Expresso escondeu a lista de pagamentos do "saco azul" do GES e protegeu os políticos e os jornalistas que lá estão. Desvalorizámos no início o boato, pelo absurdo óbvio para nós de que quem revela não esconde — e o Expresso vem revelando. E pelo ridículo de perguntar-se pelo segredo de uma base de dados que é pública. Mas o boato deixa de ser a mentira que é se for reproduzido com a verdade que não é. E ele cresceu de tal forma, alimentado sobretudo por blogues anónimos, que há políticos, advogados e empresários a credibilizar a pergunta, repetindo-a. Muitos deles estão, não estranhamente, nos "Panama Papers" e por isso foram notícia. É um truque comum, o de descredibilizar o investigador para descredibilizar a investigação. E a quem interessa mais descredibilizar uma investigação do que aos investigadores?

1. UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

Os "Panama Papers" são a maior fuga de informação de sempre, foram noticiados à escala global a partir de 3 de abril e a base de dados foi entregue à sociedade a 9 de maio, quando foi tornada pública, ainda que sem os e-mails e documentos internos da Mossack Fonseca, por decisão do consórcio de jornalistas. Entre as duas datas, concentrou-se a publicação do trabalho jornalístico em todo o mundo. A inves-

tigação continuou, mesmo depois de 9 de maio, com a publicação de notícias que podem ser lidas ou relidas no site do Expresso. Assim continuará a ser, à medida que as investigações aos casos mais complexos superem os becos que sempre existem nas investigações.

Há um grande escândalo nos "Panama Papers" em Portugal: o Grupo Espírito Santo (GES). O impacto público desse escândalo não é maior porque o GES colapsou em 2014, dando a percepção de caso arrumado. Não está arrumado, até pelo julgamento, pela condenação ou pela absolvição dos envolvidos, num processo que teve um prejuízo gigante para Portugal e benefícios seletivos de algumas pessoas, muitas das quais não serão apañadas. Esse julgamento não é feito nos jornais, mas nos tribunais.

2. A LISTA DE PAGAMENTOS DO GES

Eis a questão. A lista de alegados pagamentos do saco azul do GES a personalidades poderosas do país.

Há anos que vários jornalistas estão a investigar a ES Enterprises, que fez durante anos pagamentos secretos, sendo por isso chamada "saco azul". A lista não está nos "Panama Papers", antes estivesse. A lista está no Ministério Público português.

Porque não revela o Expresso os nomes da lista? O Expresso não tem a lista. Não tem. Ainda não tem. Quer tê-la, como quereria todos os jornalistas envolvidos na investigação ao caso GES, que dura há mais de três anos. O Expresso confirmou a sua existência com fontes distanciadas entre si e nem foi o Expresso que a noticiou. A lista existe, tem mais de uma centena de nomes, e houve pessoas que tiveram a lista e que andaram com guarda-costas depois de serem ameaçadas. Tudo isto o Expresso já noticiou.

O Expresso sabe que há na lista nomes de vários políticos, gestores e jornalistas. Desconhece-se se o Ministério Público a está a investigar, mas sabe-se de antemão que a prova é difícil, porque há transferências elevadas através de *offshores* e pagamentos regulares pequenos feitos por envelope.

Porque não revela o Expresso os nomes que conhece? Sem a prova documental, a publicação pode ser comprometida e não apenas por desmentidos, mas também por processos judiciais. A direção do jornal debateu a fundo esta questão e decidiu publicar a informação, mas também discutiu se, mesmo tendo a lista, a publicaríamos até termos confirmação da veracidade dos nomes, para garantir que a lista não tem nomes forjados.



A BASE DE DADOS DOS "PANAMA PAPERS" É PÚBLICA DESDE 9 DE MAIO, ESTÁ À DISPOSIÇÃO DE TODOS OS CIDADÃOS DO MUNDO

Foi o cruzamento de informação dos "Panama Papers" com a investigação ao caso GES que nos permitiu conseguir que Zeinal Bava confessasse ter recebido 18,5 milhões de euros do "saco azul", que justificou como sendo um empréstimo. Também o nome de Manuel Pinho foi revelado, pelo jornal "Público". E foi esse trabalho que conseguiu fazer com que Helder Batalha revelasse ao Expresso que houve dinheiro do caso Sócrates que veio do "saco azul", assim ligando o caso GES à "Operação Marquês", o que está neste momento em investigação no Ministério Público.

Foi a notícia da lista de pagamentos (que originalmente nem foi publicada pelo Expresso, mas pelo "Observador") do "saco azul" (cuja existência foi revelada há quase três anos pelo "Público") que gerou o boato de que estaríamos a esconder o que na verdade temos vindo a revelar. Com um pormenor relevante: o facto de haver jornalistas na lista, o que levou a uma crítica do Sindicato dos Jornalistas mas também de colonistas do Expresso, como Daniel Oliveira e Miguel Sousa Tavares, com o argumento de que não se publica a existência de nomes sem revelar os próprios nomes, por assim estar-se a lançar suspeita sobre uma classe.

É um argumento válido que merece discussão e a opção da direção do Expresso sujeita-se à crítica, mesmo sendo de notar que a preocupação de jornalistas consigo mesmos não se aplica a outros casos e profissões. O Expresso decidiu identificar profissões dos nomes (entre os quais também estão ex-administradores do BES, que terão recebido dinheiro fora do país durante anos), pelo interesse público de saber como o GES exerceu a sua influência, tornando-se o grupo mais poderoso de Portugal até colapsar clamorosamente. E essa influência

também foi tentada na comunicação social, quer através da Ongoing, quer através da PT (que era controlada pelo BES) quando quis comprar a TVI. Fazemos o exercício contrário: se o Expresso tivesse ocultado a existência de jornalistas na lista (e é um número reduzido), não seria depois acusado de ter protegido a classe dos jornalistas?

Foi por esta mesma razão que o Expresso decidiu publicar que a lista está no Ministério Público, por não duvidar do interesse público de saber-se não só que a lista existe e indica uma forma de disseminação de poder, mas que os órgãos de investigação criminal a têm. Não é um polvo nem uma hidra, é muito mais complicado, porque a um polvo ou a uma hidra cortam-se as cabeças. É, usando uma imagem que não é minha, um Mikado, com milhares de paus, uns mais valiosos do que outros, tocando-se, sendo quase impossível mexer num sem mexer noutros.

3. O TRABALHO DO EXPRESSO

É estranho ter de listar o trabalho publicado para provar que ele existiu, que continua e que continuará. O Expresso revelou dezenas de nomes de portugueses envolvidos em *offshores*, muitos deles poderosos. Dezenas de nomes. Está tudo no site do Expresso, em expresso.sapo.pt/panama/papers/panama-papers. Não há denúncias de ilegalidade, isso compete aos órgãos de investigação criminal, os jornais não são tribunais. Mas os jornais são um poder constituído contra os poderes que no abuso da sua força prejudicam a sociedade. O poder dos jornais é o da informação e é nossa responsabilidade usar esse poder e saber usá-lo. Nessa luta contra os poderes, a palavra independência é quase uma tautologia, mas também o é a coragem. Quando Ricardo Salgado foi à comissão de

inquérito ao colapso do BES, levou um gráfico que relacionava notícias do Expresso com as cotações do BES e disse que o Expresso teve a intenção de destruí-lo. Não é verdade, mas é verdade que vários jornais portugueses estiveram durante quase dois anos sozinhos no apuramento dos factos e na revelação do que era todos os dias desmentido pelo GES. Fomos desmentidos, pressionados, processos nos tribunais portugueses e ingleses, por difamação e violação de segredo de justiça. Ganhámos todos os casos, não só porque tínhamos a razão do nosso lado mas porque soubemos comprovar as nossas investigações. Nunca o dissemos porque isso faz parte do nosso trabalho, só o digo hoje pela injustiça do boato e o que ele significa.

Aceitamos a crítica de que não devia ter sido noticiada a existência de jornalistas na lista, mas ainda assim a direção do Expresso manteria a decisão. Aceitamos a crítica de que foi criada demasiada expectativa sobre os "Panama Papers", embora essa expectativa não tenha sido criada unicamente pelo Expresso, mas por um conjunto de jornais (e sobretudo TV) internacionais e portugueses entusiasmados com a investigação. Mas não aceitamos a acusação sobre a seriedade. Não precisamos de escrever mais quando o que foi escrito — e publicado — durante os últimos anos serve de mostra. O trabalho de vários jornalistas, entre os quais jornalistas do Expresso, foi determinante na revelação de casos que estão hoje sob investigação. E na prevenção do que pior teria acontecido sem essa revelação.

4. O QUE SE SEGUE

O Expresso é o jornal português envolvido em mais projetos interna-

HÁ UM GRANDE ESCÂNDALO NOS "PANAMA PAPERS" EM PORTUGAL: O GRUPO ESPÍRITO SANTO

EIS A QUESTÃO. A LISTA DE ALEGADOS PAGAMENTOS DO SACO AZUL DO GES A PERSONALIDADES PODEROSAS DO PAÍS

Expresso, 17 de setembro de 2016



ANA GOMES: “HÁ TOTAL OPACIDADE NOS ACORDOS FISCAIS”

A vice-presidente da comissão do Parlamento Europeu sobre os “Panama Papers” quer identificar os atores do que diz ser um “esquema perverso”

A comissão de inquérito do Parlamento Europeu sobre os “Panama Papers” prepara-se para arrancar com audições públicas, numa missão que os eurodeputados sabem ser difícil. “A nossa ideia é identificarmos casos concretos que nos pareçam mais relevantes para identificar os principais atores deste esquema perverso”, conta Ana Gomes, vice-presidente da comissão.

Ana Gomes diz que a decisão de Bruxelas de exigir à Irlanda que recupere €13 mil milhões de impostos não cobrados à Apple reflete a cooperação entre a Comissão Europeia e o Parlamento, mas lembra que persistem noutros países, incluindo Portugal, “acordos fiscais secretos feitos entre o Governo e empresas”. “A opacidade é total. A quem foram dados esses benefícios? Como? Quanto? Quais foram as contrapartidas? Quem foram os responsáveis por essas decisões?”, questiona Ana Gomes.

A eurodeputada lamenta que até hoje não se saiba o que fizeram as autoridades nacionais com as listas de contas de portugueses na Suíça e no Liechtenstein. “Não sei o que já fizeram sobre os ‘Panama Papers’, mas em relação às listas anteriores sei que não fizeram nada”, lamenta Ana Gomes.

O Ministério das Finanças indicou ao Expresso que a Autoridade Tributária (AT) integra uma *task force* internacional que “está a acompanhar ativamente esta matéria”. A AT já solicitou ao consórcio internacional de jornalistas (ICJ) o envio da lista de portugueses envolvidos no caso, e, assegura o Ministério, “tem procurado recolher e acompanhar toda a informação que tem surgido”.

Sobre a nova comissão do Parlamento Europeu, o eurodeputado Nuno Melo, do CDS, assinala que “o resultado dependerá do nível de documentação que se consiga”. O parlamentar nota que neste caso “o Panamá não está obrigado a colaborar com o Parlamento Europeu”. Embora admita que em muitos casos as *offshores* são usadas de forma legal, Nuno Melo admite que o dossiê “Panama Papers” “teve para já a vantagem de chamar a atenção para a utilização de *offshores* para fins ilícitos”. Mas com que consequências? “É preciso que as autoridades nacionais queiram investigar”, diz.

Já Mariana Mortágua diz que “o Bloco de Esquerda tem tentado introduzir várias medidas, mas sempre com a oposição dos partidos de direita e por vezes do Partido Socialista”. Em torno das *offshores*, diz a deputada do Bloco, “há a nível nacional uma enorme hipocrisia, mas a nível internacional a hipocrisia ainda é maior”. Cética, Mariana Mortágua diz que “não há interesse a nível europeu e mundial em que isto mude”, já que persiste uma “convergência de interesses políticos e financeiros”.

Mariana Mortágua diz acreditar que “é sempre bom que se discuta” a questão das *offshores* e do branqueamento de capitais. Mas tem as suas dúvidas sobre o sucesso da comissão do Parlamento Europeu para os “Panama Papers”. “Tenho dificuldade em acreditar que vá mudar alguma coisa de fundo”, refere.

MICHAEL PEREIRA e MIGUEL PRADO
 mrpereira@expresso.imprensa.pt

cionais de investigação jornalística. Jornalistas do Expresso estiveram envolvidos nos trabalhos em rede do “WikiLeaks”, do “Offshoreleaks”, dos “Panama Papers”, trabalhamos em parceria com o African Network of Centers for Investigative Reporting e participamos noutros projetos em curso. Em todos estes casos há um padrão, o de haver fugas de informação e o de abrangerem negócios alegadamente ilegais através de várias jurisdições, o que torna a sua investigação muito complexa. É crime profissional, sofisticado e aninhado nos buracos legais, que só investigações em rede de cooperação podem tentar desmontar.

O trabalho de investigação a *offshores* vai continuar. Chamel a este mecanismo do sistema financeiro “o maior crime de sempre”, porque ele permite ocultar dinheiro, património e atos para fins criminosos ou para não pagamentos de impostos. Só a alteração de regras globais pode capturar o poder incontrolado dos *offshores*. Mas só a pressão das opiniões públicas informadas pode obrigar à força política necessária para regular a vergonha dos *offshores*. Porque é ela que faz com que, mesmo em Portugal, se esteja a discutir o poder de vasculhar as contas bancárias de quem tem mais de 50 mil euros quando se abdicar de perseguir quem tem fortunas e empresas em paraísos fiscais para não pagar impostos; ou que se esteja a discutir um imposto sobre património imobiliário quando é impossível taxar quem tem as casas milionárias com morada em Portugal mas sede nas Ilhas Virgens.

Resignamo-nos a isto? Nós, o Expresso, não. Não é por missão, é por função, a função do jornalismo. Seriamente.

psg@expresso.imprensa.pt